

REC Cumbica S.A.

**Demonstrações financeiras para o
exercício findo em 31 de dezembro de
2021**

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	3
Balanços patrimoniais	6
Demonstração dos resultados	7
Demonstração dos resultados abrangentes	8
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	9
Demonstração dos fluxos de caixa – Método indireto	10
Notas explicativas às demonstrações financeiras	11



KPMG Auditores Independentes Ltda.

Rua Verbo Divino, 1400, Conjuntos 101, 201, 301 e 401,

Chácara Santo Antônio, CEP 04719-911, São Paulo - SP

Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo - SP - Brasil

Telefone 55 (11) 3940-1500

kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Acionistas e Administradores da

REC Cumbica S.A.

São Paulo – SP

Opinião com ressalva

Examinamos as demonstrações financeiras da REC Cumbica S.A., (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, exceto pelos efeitos do assunto descrito na seção a seguir intitulada “Base para opinião com ressalva”, as demonstrações financeiras referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da REC Cumbica S.A. em 31 de dezembro de 2021 o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião com ressalva

Conforme mencionado na nota explicativa nº 14 às demonstrações financeiras, a Companhia desconheceu integralmente os impostos diferidos sobre diferenças temporárias relativas à anos anteriores no resultado do exercício referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020 no montante de R\$ 33.453 para os quais, a Administração não elaborou à época, análise da geração de lucros tributáveis futuros para comprovar a realização desse montante, sem ter efetuado o ajuste dos respectivos valores correspondentes conforme requerido pelo CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro. Em decorrência desse assunto, o resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2020 está apresentado a menor em R\$ 33.448 mil.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as

demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 17 de maio de 2022

KPMG Auditores Independentes Ltda
CRC 2SP027685/O-0 F SP



Thiago Bragatto
Contador CRC- 1SP234100/O-4

REC Cumbica S.A.
Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais - R\$)

Ativo	Nota explicativa	2021	2020
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	5.971	1.761
Contas a receber	6	4.324	10.168
Despesas antecipadas		523	467
Outros ativos circulante		8	-
		<u>10.826</u>	<u>12.396</u>
Total do ativo circulante			
Não circulante			
Contas a receber	6	8.180	72
Propriedades para investimentos	7	195.964	200.443
		<u>204.144</u>	<u>200.515</u>
Total do ativo não circulante			
		<u>214.970</u>	<u>212.911</u>
Total do ativo			

Passivo e patrimônio líquido	Nota explicativa	2021	2020
Circulante			
Contas a pagar - partes relacionadas	8	-	1.320
Contas a pagar		680	503
Obrigações fiscais		135	168
Imposto de renda e contribuição social a pagar		1.089	1.463
		<u>1.904</u>	<u>3.454</u>
Total do passivo circulante			
Patrimônio líquido			
Capital social	10	235.139	257.474
Prejuízos acumulados		(22.073)	(48.017)
Total do patrimônio líquido		<u>213.066</u>	<u>209.457</u>
Total do passivo e patrimônio líquido		<u>214.970</u>	<u>212.911</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

REC Cumbica S.A.**Demonstrações de resultados****Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020***(Em milhares de reais - R\$, exceto pelo lucro por ação)*

	Nota explicativa	2021	2020
Receita líquida	11	37.023	48.941
Custo dos serviços prestados	7	<u>(7.858)</u>	<u>(7.858)</u>
Lucro bruto		29.165	41.083
Despesas operacionais			
Despesas gerais e administrativas	12	(1.760)	(1.268)
Reversão de provisão para redução ao valor recuperável	7	2.685	1.874
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas		<u>(61)</u>	<u>-</u>
Lucro operacional antes do resultado financeiro		30.029	41.689
Resultado financeiro			
Despesas financeiras	13	(13)	(10)
Receitas financeiras	13	<u>224</u>	<u>174</u>
Resultado financeiro Líquido		211	164
Lucro operacional e antes do imposto de renda e da contribuição social		30.240	41.853
Imposto de renda e contribuição social			
Correntes	14	(4.296)	(5.558)
Diferidos	14	<u>-</u>	<u>(33.453)</u>
Lucro líquido do exercício		<u>25.944</u>	<u>2.842</u>
Lucro por ação	10	0,10	0,01

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

REC Cumbica S.A.

Demonstrações de resultados abrangentes

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais - R\$)

	2021	2020
Lucro líquido do exercício	25.944	2.842
Outros resultados abrangentes	<u>-</u>	<u>-</u>
Resultado abrangente total do exercício	<u><u>25.944</u></u>	<u><u>2.842</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

REC Cumbica S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	Capital social		Lucros/Prejuízos acumulados	Patrimônio líquido
		Subscrito	A integralizar		
Saldos em 31 de dezembro de 2019		<u>336.510</u>	<u>(43.036)</u>	<u>(50.859)</u>	<u>242.615</u>
Redução de Capital		(36.000)	-	-	(36.000)
Cancelamento de Aumento de Capital		(5.121)	5.121	-	-
Lucro líquido do exercício		<u>-</u>	<u>-</u>	<u>2.842</u>	<u>2.842</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2020		<u>295.389</u>	<u>(37.915)</u>	<u>(48.017)</u>	<u>209.457</u>
Redução de Capital	10	(22.400)	-	-	(22.400)
Integralização de Capital	10	-	65	-	65
Lucro líquido do exercício	10	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>25.944</u>	<u>25.944</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2021		<u>272.989</u>	<u>(37.850)</u>	<u>(22.073)</u>	<u>213.066</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

REC Cumbica S.A.**Demonstrações dos fluxos de caixa - método indireto****Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020****(Em milhares de reais - R\$)**

	2021	2020
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	30.240	41.853
Ajustes para reconciliar o lucro antes do imposto de renda e da contribuição social com o caixa líquido gerado pelas atividades operacionais:		
Depreciações e amortizações	7.858	7.858
Provisão de crédito para devedores duvidosos	7	-
Reversão do ajuste ao valor recuperável	(2.685)	(1.874)
 Variação nos ativos operacionais:		
Contas a receber	(2.271)	(6.048)
Despesas antecipadas	(56)	(72)
Impostos e contribuições a compensar	-	1
Outros Ativos Circulante	(8)	-
 Variação nos passivos operacionais:		
Contas a pagar	177	356
Obrigações fiscais	(33)	17
Imposto de renda e contribuição social pagos	(4.670)	(5.431)
 Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	<u>28.559</u>	<u>36.660</u>
 Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Adições as propriedades para investimentos	<u>(694)</u>	<u>(22)</u>
 Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	<u>(694)</u>	<u>(22)</u>
 Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Partes relacionadas	(1.320)	440
Redução de Capital	(22.400)	(36.000)
Integralização de capital social	<u>65</u>	<u>-</u>
 Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	<u>(23.655)</u>	<u>(35.560)</u>
 Aumento de caixa e equivalentes de caixa	<u><u>4.210</u></u>	<u><u>1.078</u></u>
 Caixa e equivalentes de caixa		
No início do exercício	1.761	683
No fim do exercício	<u>5.971</u>	<u>1.761</u>
 Aumento de caixa e equivalentes de caixa	<u><u>4.210</u></u>	<u><u>1.078</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

1 Contexto operacional

A REC Cumbica S.A. (“Companhia”) é uma sociedade anônima de capital fechado com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo. A Sede da Companhia está localizada na Av. Brigadeiro Faria Lima, 3.900 - 5º andar.

A Companhia tem por atividade preponderante: (1) o investimento e a participação em outras sociedades, empreendimentos e outras formas de associação, como sócia, acionista ou quotistas; (2) promover e incorporar empreendimentos imobiliários próprios de qualquer natureza; (3) alienar, adquirir, locar e administrar imóveis próprios de qualquer natureza; e (4) desenvolver e implementar estratégia de marketing relativas e empreendimentos imobiliários próprios.

Atualmente a Companhia possui 4 galpões situados em Campina Grande, Americana, Santana do Parnaíba e Aracajú, totalizando aproximadamente 283.312 m² de área bruta locável. Todos os galpões se encontram 100% locados.

A GLP Brasil Ltda. é responsável pela gestão das operações e assume determinados custos corporativos decorrentes da estrutura utilizada.

Covid 19: Com o advento da pandemia do Coronavírus Disease 2019 (COVID-19) que teve origem na China, notam-se alguns impactos na atividade econômica do País. Na data de emissão destas demonstrações financeiras a Administração não vislumbra riscos à continuidade de seus negócios, tampouco às estimativas e julgamentos contábeis.

Nos nossos parques logísticos, a GLP está apoiando individualmente seus clientes nas medidas preventivas adotadas por cada empresa, proporcionando a estrutura necessária para sua implementação. Nas áreas comuns, foram reforçadas a higienização de todos os ambientes e utensílios e a disponibilização de álcool gel, seguindo as boas práticas recomendadas pelo Ministério da Saúde para a proteção dos colaboradores de nossos clientes, funcionários terceirizados e parceiros. Todos os parques disponibilizam informes que orientam sobre as precauções a serem tomadas durante as operações.

As obras de projetos em desenvolvimento também seguem em ritmo normal e acompanhamos de perto os cuidados e orientações aos colaboradores das construtoras parceiras.

Os ativos logísticos foram os menos impactados nas operações imobiliárias por diversos motivos:

- 1) A COVID traz impactos de curto prazo e não de longo prazo.
- 2) Processo de compra e vendas de ativos dura muito mais do que 2 a 3 meses e podem ser realizados a distância através de reuniões online.
- 3) No Brasil, vendedores de ativos e terrenistas estão sempre muito bem capitalizados, com poucos impactos de liquidez.
- 4) A venda através de canais eletrônicos (“e-commerce”) teve grande aceleração, favorecendo diversos locatários de nossos ativos.

Com todas essas ações, a Companhia não sofreu impactos negativos em suas operações.

2 Base de apresentação das demonstrações financeiras

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, como aprovadas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

A Companhia adotou todas as normas, revisões de normas e interpretações emitidas pelo CPC, e demais órgãos reguladores que estavam em vigor em 31 de dezembro de 2021.

As informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

3 Resumo das principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas a seguir. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

3.1 Base de elaboração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto se indicado de outra forma.

Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

As demonstrações financeiras foram elaboradas no curso normal dos negócios. A Administração efetuou uma avaliação da capacidade da Companhia em dar continuidade às suas atividades e não identificou dúvidas da capacidade operacional.

A Diretoria da Companhia autorizou a conclusão das demonstrações financeiras em 17 de maio de 2022.

3.2 Uso de estimativas e julgamento

Na preparação das demonstrações financeiras a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

As informações sobre incertezas, premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em uma alteração no próximo exercício estão relacionadas, principalmente, aos seguintes aspectos:

- (a) Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas:

As estimativas prováveis e possíveis são avaliadas de acordo com o andamento dos processos, que estão sujeitos à interpretação de cada jurisprudência, o que pode ter uma variação da avaliação inicial dos advogados e posteriormente avaliada pela Administração, conforme mencionado na Nota Explicativa nº 9. A contingência possível é divulgada apenas como informação na nota explicativa diferentemente da provisão provável onde é realizada a sua contabilização.

(b) Divulgação do valor justo das propriedades para investimento:

Utilizamos o método do fluxo de caixa descontado para definir o valor justo das nossas propriedades, o qual as premissas estão detalhadas na Nota Explicativa nº 7.

Mensuração do valor justo

Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia requer a mensuração de valor justo para ativos e passivos financeiros e não financeiros.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- **Nível 1:** preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.
- **Nível 2:** *inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, direta (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- **Nível 3:** *inputs*, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

3.3 Apuração das receitas de aluguéis das propriedades para investimento

As receitas de aluguéis resultantes de arrendamentos mercantis operacionais das propriedades para investimento são reconhecidas de forma linear ao longo do prazo dos compromissos de arrendamento mercantil. A Companhia não possui contratos de locação com componentes variáveis.

3.4 Caixa e equivalentes de caixa

Incluem caixa, saldos positivos em conta movimento, aplicações financeiras pós-fixadas resgatáveis a qualquer momento, com riscos insignificantes de mudança de seu valor de mercado e sem penalidades. As aplicações financeiras são registradas ao valor justo, que se equiparam ao valor de custo considerando os rendimentos proporcionalmente auferidos até as datas de encerramento dos períodos.

3.5 Contas a receber e provisão para perdas de créditos esperadas

Estão apresentadas a valores de realização, sendo a provisão para perdas de créditos esperadas calculada com base nas perdas avaliadas como prováveis na realização das contas a receber.

Mensalmente a Companhia realiza a análise do contas a receber e faturas em atraso e quando o atraso da fatura do cliente fica superior a 90 dias é realizada a provisão de 100% do saldo em atraso.

Ao final de cada exercício é realizada uma análise complementar para atender os requisitos do CPC 48. Essa revisão é feita com base no histórico de contas a receber versus os saldos em atraso de clientes nos últimos 3 anos e adotamos as taxas médias ponderadas abaixo para reconhecer as perdas esperadas dos títulos vencidos em 2021 e 2020:

Taxa média ponderada de perda estimada	%
1 a 30 dias em atraso	5%
31 a 60 dias em atraso	21%
61 a 90 dias em atraso	36%
91 a 120 dias em atraso	42%
Acima de 120 dias	96%

É verificado qual o percentual de necessidade de provisão por faixa de atraso (30, 60, 90, 120 dias ou mais), e utilizando-se desse indicador é calculado o montante a ser provisionado, para todas as faixas de atraso, sobre o saldo vencido na data-base.

Com o resultado desta análise, a Companhia efetua, se necessária a complementação da provisão atual, ou ainda, caso o montante da provisão apurada for menor que a provisão já constituída, não ocorrerá uma reversão, uma vez que a análise por cliente é qualitativa.

3.6 Provisão para imposto de renda e contribuição social

As despesas com imposto de renda e contribuição social estão apresentadas nas rubricas “corrente” e “diferido” nas demonstrações do resultado.

Durante os exercícios de 2021 e 2020 a empresa optou pelo regime de lucro presumido e o imposto de renda e a contribuição social correntes são calculados observando os critérios estabelecidos pela legislação fiscal vigente. O imposto de renda é calculado pela alíquota regular de 15% (acrescida de adicional de 10% sobre lucros anuais excedentes a R\$240 mil), e a contribuição social pela alíquota de 9%.

O imposto de renda e contribuição social diferidos são calculados às alíquotas pelas quais as diferenças temporárias serão efetivamente tributadas, de acordo com a legislação fiscal. Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação.

3.7 Propriedades para investimentos

São propriedades mantidas para obter renda com aluguéis. As propriedades para investimento são mensuradas ao custo, incluindo custos da transação, deduzido da depreciação calculada pelo método linear com base na vida útil do ativo. O valor justo das propriedades para investimento é divulgado, conforme nota explicativa nº 7.

Uma propriedade para investimento é baixada após a alienação ou quando esta é permanentemente retirada de uso e não há benefícios econômicos futuros resultantes da alienação. Qualquer ganho ou perda resultante da baixa do imóvel (calculado como a diferença

entre as receitas líquidas da alienação e o valor contábil do ativo) é reconhecido no resultado do período em que o imóvel é baixado.

3.8 Provisão para riscos tributários, trabalhistas e cíveis

As provisões são reconhecidas para obrigações presentes (legal ou presumida) resultantes de eventos passado, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável.

São provisionadas quando a probabilidade de perda for avaliada como provável, e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Quando as perdas forem avaliadas como prováveis, mas os montantes envolvidos não forem mensuráveis com suficiente segurança, ou quando as probabilidades de perdas são consideradas possíveis, são divulgadas em nota explicativa. Os demais riscos referentes a demandas judiciais e administrativas, cuja probabilidade de perda é considerada remota, não são provisionados e nem divulgados.

Quando alguns ou todos os benefícios econômicos requeridos para a liquidação de uma provisão são esperados que seja recuperado de um terceiro, um ativo é reconhecido se, e somente se, o reembolso for virtualmente certo e o valor puder ser mensurado de forma confiável.

3.9 Provisão para redução ao valor recuperável de ativos não financeiros - “impairment”

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas ou operacionais, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas, e caso o valor contábil líquido exceda o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização, ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

3.10 Instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos quando a Companhia for parte das disposições contratuais dos instrumentos.

Os ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros (exceto por ativos e passivos financeiros reconhecidos ao valor justo por meio do resultado) são acrescidos ao — ou deduzidos do — valor justo dos ativos ou passivos financeiros, se aplicável, após o reconhecimento inicial. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos imediatamente no resultado.

Ativos financeiros

Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros são classificados ao valor justo por meio do resultado quando são mantidos para negociação ou designados pelo valor justo por meio do resultado (caixa e equivalentes de caixa).

Os ativos financeiros por meio do resultado são demonstrados ao valor justo e quaisquer ganhos ou perdas resultantes de sua mensuração são reconhecidos no resultado.

Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados como passivos financeiros registrados ao custo amortizado.

Passivos financeiros registrados ao custo amortizado

Os outros passivos financeiros são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos.

O método de juros efetivos é utilizado para calcular o custo amortizado de um passivo financeiro e alocar sua despesa de juros pelo respectivo período. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os fluxos de caixa futuros estimados ao longo da vida estimada do passivo financeiro ou, quando apropriado, por um período menor, para o reconhecimento inicial do valor contábil líquido.

3.11 Lucro (prejuízo) básico e diluído por ação

Calculado por meio do resultado do exercício atribuível aos acionistas da Companhia, usando a média ponderada das ações ordinárias em circulação no respectivo exercício.

Não há diferença entre prejuízo básico e diluído por ação, pois não há instrumentos patrimoniais com efeitos dilutivos.

4 Pronunciamentos contábeis

- **Novos requerimentos atualmente em vigor**

Data efetiva	Novas normas ou alterações
1º de junho de 2020	Benefícios relacionados à COVID-19 concedidos para arrendatários em contratos de arrendamento (alteração ao CPC 06)
1º de janeiro de 2021	Reforma da taxa de juros de referência – Fase 2 (alterações ao CPC 48, CPC 38, CPC40, CPC 11 e CPC 06)

A Companhia avaliou e não identificou nos assuntos acima aplicabilidade para seus negócios até 31 de dezembro de 2021.

- **Futuros requerimentos**

A tabela abaixo apresenta as alterações recentes nas normas que deverão ser aplicadas a partir de sua data efetiva. A adoção antecipada não é permitida para entidades que reportam de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil em períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2021, o que se aplica a esta Companhia.

Data efetiva	Novas normas ou alterações
1º de abril de 2021	Benefícios relacionados à COVID-19 concedidos para arrendatários em contratos de arrendamento após 30 de junho de 2021 (alteração ao CPC 06)
1º de janeiro de 2022	Contratos Onerosos – Custos para cumprir um contrato (alterações ao CPC 25) Imobilizado – Receitas antes do uso pretendido (alterações ao CPC 27) Referências à estrutura conceitual (alterações ao CPC 15)
1º de janeiro de 2023	Classificação de passivos como circulantes ou não circulantes (alterações ao CPC 26 e CPC 23) Divulgação de Políticas Contábeis (Alterações ao CPC 26) Definição de estimativa contábil (Alterações ao CPC 23) Imposto diferido relacionado a ativos e passivos decorrentes de uma única transação (Alterações ao CPC 32)

5 Caixa e equivalentes de Caixa

	31/12/2021	31/12/2020
Banco	5	267
Aplicações financeiras (a)	5.966	1.494
Total	<u>5.971</u>	<u>1.761</u>

(a) As aplicações financeiras estão representadas por aplicações em renda fixa, remuneradas à média de 97,00% do CDI em 2021 (97% em 2020). Essas operações possuem liquidez diária, sem multas, restrições ou alterações no percentual de rentabilidade por resgate antecipado e/ou com vencimentos inferiores a 90 dias com perdas insignificantes no valor.

6 Contas a receber

	31/12/2021	31/12/2020
Contas a receber de aluguéis	2.935	5.466
Provisão para devedores duvidosos	(7)	-
Contas a receber de linearização de aluguel (i)	9.576	4.774
Total	<u>12.504</u>	<u>10.240</u>
Circulante	4.324	10.168
Não Circulante	8.180	72

Os contratos vigentes de arrendamentos mercantis são atualizados anualmente pela variação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) ou pelo Índice Geral de Preços do Mercado (IGP-M), sendo que não existem cláusulas de recebimentos contingentes, pois as cláusulas não foram pactuadas considerando variáveis de vendas, índices futuros ou correlatos.

- (i) Refere-se à diferença entre a vigência dos contratos de locação e os períodos de pagamentos, com o intuito da receita ser reconhecida de forma linear.

A Companhia constitui provisão para perdas esperadas de créditos para 100% das contas a receber vencidas há mais de 90 dias, uma vez que, com base na sua experiência histórica, contas vencidas há mais de 90 dias geralmente não são mais recuperáveis. O valor provisionado refere-se ao atendimento do CPC 48 com base no histórico de perda, assim não temos nenhum contrato com vencimento superior aos 90 dias.

A movimentação das perdas esperadas em créditos de liquidação duvidosa é como segue:

	31.12.2021	31.12.2020
Saldo no início do exercício	-	-
(+) Adições	(7)	-
(-) Reversões	-	-
Saldo no fim do exercício	<u>(7)</u>	<u>-</u>

Aluguéis mínimos futuros para os contratos vigentes

	31/12/2021	31/12/2020
Ano de 2021	-	51.333
Ano de 2022	39.822	45.360
Ano de 2023	39.822	45.360
Ano de 2024	39.822	45.360
Ano de 2025	39.822	45.360
Ano de 2026	39.822	45.360
Posteriores a 2026	77.184	89.725
Total	<u>276.294</u>	<u>367.858</u>

7 Propriedades para investimentos

	Vida útil Média em anos	31/12/2021	31/12/2020
Terrenos	-	63.720	63.720
Edificações, instalações e outros	40	309.252	309.252
Obras de melhoria em andamento	-	2.869	2.175
Depreciação de edificações	-	69.544	61.686
Provisão para "impairment" dos ativos	-	(110.333)	(113.018)
Total	-	<u>195.964</u>	<u>200.443</u>

Movimentação das propriedades para investimento

31 de dezembro de 2021

Descrição	Saldo em 31.12.2020	Reversão de provisão para redução ao valor recuperável	Adições	Depreciações e amortizações	Saldo em 31.12.2021
Terrenos	63.720	-	-	-	63.720
Edificações e instalações	247.566	-	-	(7.858)	239.708
Obras em andamento	2.175	-	694	-	2.869
Provisão/Reversão para redução ao valor recuperável	(113.018)	2.685	-	-	(110.333)
Total	200.443	2.685	694	(7.858)	195.964

31 de dezembro de 2020

Descrição	Saldo em 31.12.2019	Reversão de provisão para redução ao valor recuperável	Adições	Depreciações e amortizações	Saldo em 31.12.2020
Terrenos	63.720	-	-	-	63.720
Edificações e instalações	255.425	-	-	(7.858)	247.566
Obras em andamento	2.152	-	22	-	2.175
Provisão/Reversão para redução ao valor recuperável	(114.892)	1.874	-	-	(113.018)
Total	206.405	1.874	22	(7.858)	200.443

Todas as propriedades para investimento da Companhia são mantidas sob direito de propriedade plena.

A Companhia anualmente estima o valor justo das propriedades para investimento, conforme demonstrado a seguir:

Valor justo	31/12/2021	31/12/2020
Propriedades para investimentos construídas	422.464	433.492

O valor justo das propriedades para investimento foi estimado com base em avaliações realizadas trimestralmente pelos especialistas internos e compara semestralmente com as avaliações efetuadas pela empresa Cushman & Wakefield. O valor justo dos imóveis não foi determinado em transações observáveis no mercado devido à natureza dos imóveis e a ausência de dados comparáveis, tendo sido aplicado um método de avaliação segundo a recomendação do International Valuation Standards Committee (Comitê de Normas Internacionais de Avaliação), o fluxo de caixa descontado.

De acordo com o método do fluxo de caixa descontado, o valor justo é estimado utilizando as premissas referentes aos benefícios e passivos da titularidade em relação à vida dos ativos, incluindo valor de saída ou final. Esse método envolve a projeção de fluxo de caixa individualizado para cada galpão. Para o fluxo de caixa descontado é aplicada uma taxa de desconto derivada do mercado para constituir o valor presente do fluxo de receita associado com ativo. A taxa de desconto é extraída do relatório de FMV preparado pela Cushman & Wakefield com base na metodologia de valuation própria e pautada no RICS, pesquisas de mercado, bases de dados internas e informações enviadas pela companhia a respeito do ativo como contratos e especificações técnicas. A taxa final é normalmente apurada separadamente e difere da taxa de desconto. Adicionalmente, as taxas de capitalização também foram obtidas nas avaliações internas, os quais consideraram a perpetuidade do imóvel.

A duração do fluxo de caixa e a época específica de fluxo de entrada e saída são determinadas por eventos, tais como revisões de aluguel, renovação de arrendamento e correspondente relocação, readequação ou reforma. A adequada duração é geralmente determinada pelo comportamento de mercado, característico da classe de imóveis.

Aumentos (reduções) significativos no valor de aluguel estimado e crescimento de aluguel por ano isoladamente resultariam em valor justo significativamente mais alto (mais baixo) das propriedades. Aumentos (reduções) significativos em taxa de vacância de longo prazo e taxa de desconto (e taxa final) isoladamente resultariam em valor justo mais baixo (mais alto).

A Companhia não tem restrições sobre a capacidade de realização de suas propriedades para investimento. Sem obrigações contratuais, pode comprar, construir ou desenvolver propriedades para investimento ou para reparações, manutenções ou melhorias.

As taxas de desconto utilizadas no cálculo do fluxo de caixa (DFC) para os imóveis construídos foram elaboradas partindo de uma taxa de juros em uma aplicação livre de risco, mais prêmios de risco de mercado (localidade, valor de aluguel, rating do locatário do imóvel) e estão demonstradas abaixo:

	31/12/2021	31/12/2020
Crescimento de longo prazo em taxas reais de aluguel:		
Taxa de desconto	7,5% a 9,00%	6,5% a 8,25%
“Cap rate”	8,25% a 10,00%	7,75% a 9,75%

A mensuração do valor justo de todas as propriedades para investimento foram classificadas como Nível 3 com base nos inputs utilizados.

8 Contas a pagar - partes relacionadas

Os valores registrados estão baseados em contratos, sem incidência de encargos financeiros, atualização monetária, e não possuem prazo de vencimento.

31/12/2021 31/12/2020

LPP I Empreendimentos e Participações S.A. - 1.320

O montante líquido registrado refere-se a valores pagos e recebidos na conta-corrente da LPP I Empreendimentos e Participações S.A. ("LPP I") após a sua cisão (empresa cindida no exercício de 2020 com a Companhia REC MG 10 S.A.), e decorre das operações originais de empréstimos e locação ainda estarem vinculadas a empresa sucedida.

Adicionalmente, após a cisão, outros custos tais quais ITBI, seguros e pequenas reformas foram arcados pela sucedida. Sobre tais valores não incidem encargos financeiros.

Remuneração dos administradores

Os administradores são as pessoas que têm autoridade e responsabilidade por planejamento, direção e controle das atividades da Companhia, incluindo qualquer administrador (executivo ou outro).

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 não houve remuneração à Administração, como salários, encargos e outros.

9 Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, não há contingências classificadas como probabilidade perda provável ou como probabilidade de perda possível, consequentemente, nenhuma provisão foi constituída.

10 Patrimônio líquido

Capital social

Em 31 de dezembro de 2021 o capital social está representado por R\$ 272.989, correspondentes a 272.990.843 ações, (R\$ 295.390.843 em 31 de dezembro de 2020). Desse montante, R\$ 235.139, correspondentes a 235.139.209 ações, correspondem ao capital social já integralizado (R\$257.474 em 31 de dezembro de 2020).

Em janeiro de 2021 foram integralizados do saldo de capital a integralizar o montante de R\$65.

Em 23 de março de 2020, em ata de Assembleia Geral Extraordinária foi aprovado o cancelamento parcial no valor de R\$5.121 referente a não integralização do aumento de Capital de R\$185.000 (aprovado em 2019) e ato contínuo foi autorizado a redução de capital de até R\$200.000. No exercício de 2020 já foi realizada a redução no montante de R\$36.000 e no exercício de 2021 já foi realizada a redução no montante de R\$22.400.

Em 01 de julho de 2021, em ata de Assembleias Geral Ordinária e Extraordinária foi aprovado a

efetivação da redução de capital no valor de R\$52.200 com o consequente cancelamento de 52.200.000 ações e fica em aberto o restante do saldo da redução para ser reduzido futuramente.

Reserva legal

A reserva legal é constituída com base em 5% do lucro de cada exercício e não deve exceder 20% do capital social ou 30% do capital social considerando as reservas de capital. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital.

Destinação do resultado do exercício

Aos acionistas é garantido estatutariamente um dividendo mínimo obrigatório correspondente a 25% do lucro líquido do exercício nos termos da Lei das Companhias por Ações, apurado de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Estabelecida no Estatuto Social pelo saldo do lucro de cada exercício não destinado à constituição de reserva legal ou pagamento de dividendo mínimo obrigatório. Somente poderá ser utilizada mediante deliberação em Assembleia para pagamento de dividendos adicionais ou compensação de prejuízos.

Lucro básico e diluído por ação	31/12/2021	31/12/2020
Lucro líquido do exercício	25.944	2.842
Quantidade média ponderada de ações (em milhares)	273.055	304.627
Lucro básico e diluído por ação - R\$	0,10	0,01

11 Receita líquida

	31/12/2021	31/12/2020
Receita	4.803	4.691
Receita de linearização	39.793	51.047
Receita bruta de aluguel	44.596	55.737
Deduções da receita:		
Desconto concedido	(6.170)	(4.941)
Impostos sobre locação	(1.403)	(1.855)
Total	37.023	48.941

Em 2021, a Companhia possui cinco clientes que representam 100% de sua receita, onde dois deles representam 76% (38% cada). Em 2020, a receita de aluguel da Companhia possui cinco clientes que representam 100% de sua receita, onde dois deles representam 51% e 29%.

12 Despesas gerais e administrativas

	31/12/2021	31/12/2020
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	(7)	-
Despesa com condomínio	(1.210)	(899)
Despesa com advogados, auditores e consultores	(386)	(233)
Despesa com manutenção	(106)	(20)
Despesa com publicações, publicidades e propaganda	(15)	(33)
Outras despesas administrativas	(36)	(83)
Total	(1.760)	(1.268)

13 Resultado financeiro

	31/12/2021	31/12/2020
Despesas financeiras		
Despesas Bancárias	(1)	(1)
Outras	(12)	(9)
Total	(13)	(10)
Receitas financeiras		
Rendimento de aplicação financeira	131	105
Juros sobre recebíveis	26	8
Juros Selic	6	-
Outras receitas	61	61
Total	224	174
Resultado Financeiro Líquido	211	164

14 Imposto de renda e contribuição social

A despesa de imposto de renda e contribuição social do exercício pode ser conciliada com o lucro contábil, conforme a seguir:

	31/12/2021	31/12/2020
Receita bruta de aluguéis, líquida dos descontos	38.426	50.796
(x) Alíquota de presunção	32%	32%
(=) Base de cálculo sobre receitas de aluguel	12.296	16.255
(+) Receitas Financeiras	410	174
(=) Base de Cálculo	12.706	16.429
(=) Expectativa de despesa de IRPJ e CSLL:		
Expectativa de IRPJ - alíquota de 15%	(1.906)	(2.464)
Expectativa de IRPJ - alíquota de 10%, excluindo dedução obrigatória	(1.247)	(1.619)
Expectativa de CSLL - alíquota de 9%	(1.144)	(1.479)
Compensações anos anteriores	-	4
(=) Despesa de imposto de renda e contribuição social	(4.296)	(5.558)

Imposto de renda e contribuição social diferido

Movimentação IRPJ e CSLL diferido

	31.12.2021	31.12.2020
Despesas não dedutíveis (impairment)	-	(39.064)
Acervo Cindido (a)	-	5.611
Saldo no fim do exercício	<u>-</u>	<u>(33.453)</u>

(a) Refere-se a reversão do saldo total remanescente de acervo cindido no exercício de 2017.

15 Instrumentos financeiros

Risco de crédito

As operações da Companhia compreendem a administração de locações de imóveis de renda em galpões, estando todos eles regidos por contratos específicos, os quais possuem determinadas condições e prazos, estando substancialmente indexados à índices de reposição inflacionária. A Companhia adota procedimentos específicos de seletividade e análise da carteira de clientes, visando prevenir perdas por inadimplência. O risco de crédito é basicamente proveniente das contas a receber de clientes.

O contas a receber da Companhia é composto por clientes renomados no mercado, cujos contratos de locação, em sua maioria, são superiores a 10 anos.

A exposição da Companhia ao risco de crédito é influenciada principalmente pelas características individuais de cada cliente. Os limites de crédito são estabelecidos para cada um deles são revisados periodicamente. A provisão para risco de crédito é realizada quando o atraso fica superior a 90 dias e revisada trimestralmente.

A Companhia possui concentração de receita maior do que 10% em 2 dos 5 clientes ativos, para os quais monitora o fluxo de recebimento dos clientes e, havendo indicativos de alteração dos recebíveis, reavalia o risco de crédito da carteira.

A Companhia efetua operações com instituições financeiras de baixo risco avaliado por agências de *rating*.

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima ao risco de crédito.

	31/12/2021	31/12/2020
Ativos financeiros		
Contas a receber	<u>12.504</u>	<u>10.240</u>
Total	<u>12.504</u>	<u>10.240</u>
Circulante	4.324	10.168
Não circulantes	8.180	72

Risco de liquidez

A Companhia gerencia o risco de liquidez mantendo adequadas reservas, linhas de crédito bancárias e linhas de crédito para captação de empréstimos que julgue adequados, por meio do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais e da combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros.

A Companhia trabalha com a política de caixa mínimo, ou seja, todos os seus recursos de caixa são gerenciados no FIP (acionistas) e em caso de necessidades de recursos o acionista realiza os aportes necessários.

Risco de gestão de capital

A Companhia administra seu capital para assegurar que as empresas que pertencem a ele possam continuar com suas atividades normais, ao mesmo tempo em que maximiza o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações, por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio.

A estrutura de capital da Companhia é formada pelo patrimônio líquido na Nota Explicativa nº 10).

A Companhia não está sujeita a nenhum requerimento externo sobre o capital.

Categorias de instrumentos financeiros

	2021	2020	Classificação
Ativos financeiros:			
Aplicações financeiras	5.966	1.494	Valor justo por meio do resultado
Contas a receber	12.504	10.240	Custo amortizado
Total	<u>18.470</u>	<u>11.734</u>	
Passivos financeiros:			
Contas a pagar	680	503	Custo amortizado
Total	<u>680</u>	<u>503</u>	

Risco de taxa de juros

As receitas e despesas da Companhia são afetadas pelas mudanças nas taxas de juros devido aos impactos que essas alterações têm nas despesas de juros provenientes dos instrumentos de suas dívidas (cujas grande maioria foi contratada com taxas variáveis) e das receitas de juros geradas a partir dos saldos de suas aplicações financeiras. A Companhia procura mitigar estes riscos através da manutenção da totalidade de suas disponibilidades financeiras aplicadas também a taxas variáveis, e de um cuidadoso monitoramento da evolução prospectiva dos indexadores aplicados a seus ativos e receitas (principalmente o IPCA o IGP-M), comparativamente aos aplicáveis a seus passivos (principalmente a TR).

Análise de sensibilidade de valor justo para instrumentos de taxa fixa

A Companhia não contabiliza nenhum ativo ou passivo financeiro de taxa de juros fixa pelo valor justo por meio do resultado e não designa derivativos (*swaps* de taxa de juros) como instrumentos de proteção sob um modelo de contabilidade de *hedge* de valor justo. Portanto, uma alteração nas taxas de juros na data de relatório não alteraria o resultado.

Análise de sensibilidade de fluxo de caixa para instrumentos de taxa variável

Com a finalidade de verificar a sensibilidade do indexador nas aplicações financeiras, contas a receber e debêntures, ao qual a Companhia estava exposta na data-base de 31 de dezembro de 2021, foram definidos três cenários diferentes. Com base em projeções divulgadas por instituições financeiras, para os próximos 12 meses; e este definido como cenário provável, sendo calculadas variações de 25% e 50%. Para cada cenário foi calculada a “receita financeira bruta e despesa financeira”, não levando em consideração a incidência de tributos sobre os rendimentos das aplicações. A data-base utilizada da carteira foi 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020, projetando um ano e verificando a sensibilidade do CDI, IPCA e IGPM com cada cenário:

31 de dezembro de 2021

Operação	Risco	Valor	Cenário provável 1 12,25%	Cenário 2 9,19%	Cenário 3 6,12%
Aplicações financeiras	CDI	5.966	731	548	365
Operação	Risco	Valor	Cenário provável 1 6,04%	Cenário 2 4,53%	Cenário 3 3,02%
Contas a receber	IPCA	1.541	93	70	47
Operação	Risco	Valor	Cenário provável 1 6,18%	Cenário 2 4,63%	Cenário 3 3,09%
Contas a receber	IGP-M	1.394	86	65	43
Impacto financeiro líquido		<u>8.901</u>	<u>910</u>	<u>683</u>	<u>455</u>

31 de dezembro de 2020

Operação	Risco	Valor	Cenário provável 1 2,10%	Cenário 2 1,58%	Cenário 3 1,05%
Aplicações financeiras	CDI	1.494	31	24	16
Operação	Risco	Valor	Cenário provável 1 2,90%	Cenário 2 2,18%	Cenário 3 1,45%
Contas a receber	IPCA	1.391	40	30	20
Operação	Risco	Valor	Cenário provável 1 5,00%	Cenário 2 3,75%	Cenário 3 2,50%
Contas a receber	IGP-M	4.075	204	153	102
Impacto financeiro líquido		<u>6.960</u>	<u>275</u>	<u>207</u>	<u>138</u>

16 Seguros

A Companhia mantém seguros para responsabilidade civil e patrimonial. O resumo das apólices vigentes em 31 de dezembro de 2021 é como segue:

Descrição	Valor segurado	Vigência início	Vigência término
Seguro patrimonial	508.255	26/09/2021	26/09/2022
Responsabilidade civil	54.325	09/02/2021	09/02/2022

17 Eventos subsequentes

Não ocorreram eventos subsequentes relevantes após a data de encerramento do exercício findo em 31 de dezembro de 2021.